

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM-Multinacional  
 Data 12.09.79 Pg.: 6 15

**Estrangeiros estão dominando a Amazônia, denuncia Lustosa**

BRASÍLIA (Sucursal) — Cinquenta e dois mil imóveis rurais no Brasil — o equivalente à área do Estado do Rio de Janeiro — estão nas mãos de estrangeiros, conforme denúncia feita ontem pelo professor Caio Lustosa, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio, ao pronunciar palestra no Simpósio sobre a Amazônia promovido pela Comissão do Interior da Câmara.

Ao criticar severamente a política e a legislação nacional criadas para "defender" a Amazônia, Caio Lustosa revelou que os limites de ocupação da área municipal por estrangeiros já estão desrespeitados em pelo menos 19 municípios. Disse também que o limite de 10 por cento de nacionalidade por município já foi ultrapassado em 56 unidades municipais.

Também não escapou das críticas o Incra que, segundo o presidente da ANAI, até 1977 não conhecia a situação jurídica de cinco por cento do total dos 350 milhões de hectares que passaram à sua responsabilidade. Também a Funai, disse, até hoje não conseguiu demarcar 50 por cento das terras indígenas.

Caio Lustosa desaprovou o procedimento do Incra na expedição de títulos nominais independentemente de concorrência pública. A seu ver, esse procedimento é inconstitucional, pois o decreto-lei 200/67 dispõe sobre a obrigatoriedade de licitação para a alienação dos bens públicos.

**INSTALAÇÃO**

O Simpósio da Amazônia foi instalado com falxas contendo os dizeres "A Amazônia é Nossa" e "Contra a Devastação da Amazônia", em um auditório repleto de integrantes do Movimento de Defesa da Amazônia, contando ainda com a participação do ministro Mário Andreazza, do Interior.

Ao proferir o discurso de abertura, o ministro Andreazza anunciou que o Governo deverá encaminhar ao Congresso, dentro em breve, um projeto de lei definindo, em bases seguras, a política de exploração da região amazônica. Adiantou ele que é intenção do presidente Figueiredo estabelecer um conjunto de medidas e ações voltadas para o fortalecimento da agropecuária amazônica, inclusive nos setores da piscicultura e da agroindústria.

Revelou Andreazza que, conforme recomendação presidencial, será enfatizado o desenvolvimento integrado dos pólos selecionados pelo Polamazônia, com atenção especial para a promoção de atividades diretamente produtivas e para a elevação da qualidade de vida. Da mesma forma, afirmou, serão estimulados a industrialização voltada para o aproveitamento das vantagens regionais, particularmente na mineração e extração vegetal, com a interiorização de pólos e distritos industriais, o desenvolvimento agropecuário, em áreas selecionadas, com a promoção de culturas de alto valor comercial, como o dendê, a juta, o arroz, a pimenta-do-reino, a cana-de-açúcar, a exploração de recursos minerais (ferro, bauxita, cassiterita, calcário e do Projeto Carajas), a exploração racional e rentável dos recursos florestais, em áreas adequadamente delimitadas, de forma não destrutiva, e a dinamização dos programas de colonização e intensificação do processo de regularização fundiária.



O presidente da ANAI, Caio Lustosa, denuncia na Câmara que 52 mil imóveis rurais já estão nas mãos dos estrangeiros.

**Relatório acusa a Funai e repudia a ação do Governo**

FSP 12/09/79

BRASÍLIA (Sucursal) — Durante a instalação do simpósio sobre a Amazônia, a Associação Nacional de Apoio ao Índio — Anai — distribuiu um relatório encaminhado ao Governo, ao índio e à opinião pública, denunciando a situação dos grupos indígenas brasileiros diante da inoperância da Fundação Nacional do Índio, que até o momento não concluiu a demarcação de cerca de 60% das reservas.

Segundo o documento, como consequência direta desta situação, um grande número de índios destribalizados vivem em condições miseráveis nas periferias urbanas, principalmente em Manaus, marginalizados por preconceitos de toda ordem e completamente desassistidos. "Na busca de solução para estes problemas, repudiamos quaisquer projetos de lei relativos a problemática indigenista, bem como soluções administrativas, que não tenham sido amplamente debatidas em âmbito nacional" — diz o documento.

**DENUNCIAS**

Entre as diversas denúncias formuladas pela Anai, o documento cita o problema dos xavantes de Couto Magalhães e Pimentel Barbosa, em Mato Grosso, os Krikati do Maranhão, os Apurinã de Boca do Acre, que contestam a demarcação que não corresponde à realidade tribal e para a qual não foram consultados.

"Os potiguara, da Baía da Traição, na Paraíba, tentam demarcar eles próprios os seus territórios, independentemente de qualquer apoio da Funai e sofrendo repressão policial. Os xikrins do Pará, os txucarramãe do norte do Parque Nacional do Xingu, os surui de Rondônia, que têm terras demarcadas e no entanto invadidas", cita o documento.

No Acre e no sudoeste do Estado do Amazonas — pros-

segue a denúncia — dez mil índios encontram-se escravizados nas mãos de patrões seringalistas e agropecuaristas, sem terem suas terras demarcadas e sem assistência de postos indígenas. No Paraná seis áreas indígenas foram reduzidas a uma pequena parcela de seu traçado original por determinação de acordos efetuados entre o Estado e empresários, gerando conflitos de ordem social que agora se agravam.

Lembra ainda, o documento, que as transferências forçadas de grupos são usuais. "Basta recordar os exemplos dos krenakarore e dos nhambiquaras, de Mato Grosso e os guarani, do posto indígena de Finalzinho, no Paraná, e os kaiová, de Mato Grosso do Sul. Transferidos também foram os waimiri-atroari, que encarnam a síntese de todos os males que podem acometer uma tribo indígena: massacres pelas frentes de penetração, encontram-se agora na iminência de novamente serem transferidos da área para onde tinham sido atraídos pela Funai, em consequência da construção da estrada Manaus-Caracará e da hidrelétrica de Balçina".

O documento conclui que "demarcar terras é necessário, mas não é suficiente. Os projetos elaborados pela Funai vêm desconsiderando alternativas e planos que partam dos próprios índios e, portanto, são nocivos àquelas comunidades. Há ainda os casos absurdos de exploração do patrimônio e da mão-de-obra indígena em alguns projetos, em desrespeito às comunidades em questão. Entendemos que as propostas de desenvolvimento comunitário e de aproveitamento do patrimônio indígena, assim como qualquer projeto de educação, devem respeitar as formas próprias de organização e produção e os interesses específicos de cada comunidade".